

Uma comunidade desprotegida

FLORIANÓPOLIS

A realidade dos povos indígenas no Sul do Brasil é trágica, se comparada à do século 16, quando a costa brasileira começou a ser visitada pelos navegantes europeus. Havia 5 milhões de índios no Brasil quando chegaram os primeiros portugueses. Hoje não passam de 325 mil, segundo a Funai. O Instituto Sócio-Ambiental (ISA) calcula em 270 mil. São 215 grupos étnicos que falam 170 línguas ou dialetos. Uma das etnias que até a metade do século habitavam a Região Sul está desaparecendo. Os Xetá resumem-se a oito representantes. Originários da Serra dos Dourados, onde hoje se localiza o município de Umuarama (PR), eram cerca de 150 quando foram contatados por colonizadores em 1955. A ação de "bugreiros" levou muitas tribos ao genocídio.

A Constituição Federal atribui à União o dever de proteger e fazer respeitar todos os bens indígenas, sejam materiais, imateriais e até mesmo os intrínsecos à pessoa humana, como a vida e a integridade física. A Funai tem poder de polícia e pode acionar a Polícia Federal e Forças Armadas sempre que julgar necessário. Este dever também compete à Justiça Federal, que pode adotar medidas com este fim. "Com o pretexto da falta de recursos, o Executivo tem deixado muitas comunidades indígenas desprotegidas", reclama o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão da Igreja Católica.

Em algumas áreas a situação é de genocídio. O Poder Judiciário ainda não conseguiu definir uma forma que leve a Justiça Federal a fazer o enquadramento processual em caso de crimes envolvendo indígenas - sejam eles vítimas ou acusados de autoria - e bens em terras indígenas. O Cimi denuncia que projetos básicos e importantes para os índios, como o novo Estatuto dos Povos Indígenas e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ainda não foram aprovados por pressão política.



DANIEL CONZI/DC/Sear

TRADIÇÃO: Salete, índia Kaingang, se encarrega de pintar seu povo para a guerra. Crianças ensaiam o ritual